

## **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2010 - NÚMERO 21**-----

Aos treze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Duarte Pereira, Mário Manuel Pereira Peixinho, Luís Filipe Silva Garrotes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.-----

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezoito horas e dez minutos.-----

### **ACTAS:**-----

Procedeu-se à apreciação da acta da reunião de Câmara de 28 de Setembro de 2010. Com as alterações propostas pelo Vereador Luís Garrotes e pelo Presidente, a acta foi aprovada por maioria com uma abstenção do Vereador Carlos Pereira, por não ter estado presente na respectiva reunião.-----

### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

A Vereadora Regina Ferreira referiu-se à intervenção de uma funcionária da Autarquia, afecta às escolas que, na última Assembleia Municipal se queixava de estar colocada na Escola E.B. 1 em vez de estar na Escola 2,3/S de José Relvas, como seria seu desejo. Segundo esta, as deslocações para o seu local de trabalho representam uma despesa superior a 8% do ordenado. A Vereadora supõe que a legislação prevê que para estes casos a Escola tenha de cobrir a diferença desse excesso de despesa ou repensar a sua colocação. Como este pormenor não foi discutido na Assembleia, a Vereadora trouxe-o à Câmara. Acrescentou ainda que a legislação em vigor dá à Câmara poder de decidir sobre estas situações, até porque não há um protocolo de transferência de competências da Câmara para a Escola.-----

Por último, a Vereadora perguntou por novidades relativamente ao roubo na Casa dos Patudos e pediu esclarecimentos relativamente ao espólio do Museu Etnográfico, assunto discutido na Assembleia e do qual não tinha conhecimento. Segundo constou o espólio está danificado e estará disperso por casas de particulares. A Vereadora considera que estas são acusações muito graves que devem ser investigadas e esclarecidas.-----

O Vereador Luís Garrotes corroborou esta última ideia, referindo a necessidade de se apurar o que realmente se passou, abrindo, por exemplo, um inquérito interno.-----

Em seguida o Vereador perguntou por novidades em relação ao processo da SOMAGUE e ao Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente se já estão em curso algumas medidas e quais os resultados obtidos.-----

O Vereador alertou ainda para a perigosidade de uma curva à saída de Alpiarça, junto do parque do carril, que se encontra cheia de areia resultado da saída dos veículos do parque. Ainda nesse local, a casa com as telhas de zinco mal seguras, assunto que o Vereador já tinha referido noutra reunião de Câmara, continua a representar perigosidade para quem circula. Por último, o Vereador perguntou por desenvolvimentos no problema de sobrelotação do canil municipal.-----

Sobre a primeira pergunta, o Presidente lembrou o que disse na Assembleia, que a gestão funcional dos funcionários é feita pelo Agrupamento, que é quem está no terreno e conhece as necessidades. No entendimento do Presidente, esta atribuição não carece de formalização protocolar, uma vez que decorre da lei que enquadra, por um lado, a transferência de competências e, por outro, a legislação que regula a gestão e administração escolar. Assim sendo, esta questão de afectar e distribuir os funcionários afectos ao Agrupamento é uma competência específica da direcção da escola. Em relação ao argumento da despesa da deslocação, o Presidente afirmou desconhecer essa situação, mas adiantou que se iria inteirar se, do ponto de vista legal, existe algum direito que não esteja a ser cumprido para, no caso de existir, tratar de repor a

legalidade. O Presidente afirmou também que estaria disposto a analisar a hipótese de criar um protocolo com a escola se isso ajudar a clarificar posições sobre estas questões e a outras relacionadas com a manutenção do próprio edifício.-----

Em relação ao roubo na Casa dos Patudos, o Presidente afirmou não haver nenhuma evolução.-----

Sobre o espólio do museu etnográfico, o Presidente admitiu que talvez se tenha precipitado nas afirmações que fez na Assembleia Municipal. De facto, limitou-se a repercutir as informações que lhe fizeram chegar. Há agora que proceder ao levantamento das peças e perceber se realmente falta alguma. Esse é um trabalho que vai ser iniciado dentro em breve pela Associação dos Amigos da Casa dos Patudos, sendo que a Câmara já disponibilizou o espaço onde esse trabalho vai ser realizado e dois funcionários para proceder à limpeza e tratamento das peças. Só depois da realização deste trabalho se poderá então levantar um inquérito para perceber o que se passou às peças eventualmente desaparecidas.-----

Relativamente à reunião com a SOMAGUE, o Presidente esclareceu que teve como objectivo a negociação da dívida da Câmara àquela empresa.-----

O Vereador Carlos Pereira acrescentou que, nessa reunião, se reconheceu a existência da dívida e que se aguardava agora a aprovação, do Tribunal de Contas, do Plano de Saneamento, a fim de se realizar um acordo de pagamento com a empresa.-----

Em relação ao Plano de Saneamento, o Presidente lembrou que grande parte do mesmo depende da aprovação do empréstimo e conseqüente saneamento das dívidas a fornecedores, processo que aguarda o visto do Tribunal de Contas. Quanto a medidas concretas que estejam em curso, o Presidente afirmou que desde o início do mandato se tentou racionalizar custos, sem desrespeito de toda a actividade da Autarquia que tem de ser garantida. Uma das áreas em que houve mais cortes de custos foi na das comunicações; também a não realização da Feira do Vinho teve um impacto económico positivo, assim como a redução das despesas com a Alpiagra. No entanto, existem áreas onde não é possível reduzir sem prejuízo da população.-----

Sobre a perigosidade da barraca com telhas de chapa junto da Vala, o Presidente explicou que já comunicou a situação ao fiscal municipal, que já terá procedido à notificação do proprietário.-----

Quanto à questão do canil municipal, o Vereador Mário Peixinho afirmou estar preocupado com a situação, uma vez que o espaço está lotado e nem sequer é o mais apropriado. Adiantou que iria reunir no dia seguinte com a Junta de Freguesia para tratar, entre outras, esta questão.-----

Já sobre a areia na curva junto do Parque do Carril proveniente da entrada e saída de veículos no local, o Vereador afirmou estar consciente do problema, que não é novo e existe desde sempre. Predispôs-se para procurar uma solução definitiva e mandar limpar o local.-----

O Presidente acrescentou, ainda em relação ao problema do canil municipal que, embora reconheça que se trate de uma questão que urge resolver, a verdade é que a situação financeira da Câmara é muito débil e existem outras prioridades, nomeadamente a nível da acção social.-----

Por último, o Presidente informou do despacho de nomeação do novo Comandante dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, Rui Luís Lopes Oliveira, militar de carreira e responsável desta corporação de Bombeiros entre 1995 e 2000, sendo que exercerá o cargo em regime de voluntariado. O Presidente realçou também o trabalho desempenhado pelo Comandante Interino dos Bombeiros, Hugo Teodoro, que num contexto adverso demonstrou um forte empenhamento e dedicação ao longo de mais de um ano em que esteve à frente dos Bombeiros Municipais de Alpiarça. O Presidente não

pôde deixar ainda de enaltecer o trabalho de Pedro Fogueteiro e Virgínia Silva, as duas pessoas que mais próximo estiveram do Comandante Interino na persecução dos seus objectivos.-----

O Vereador Luís Garrotes perguntou a data da nomeação e se tinha sido nomeado um Segundo Comandante.-----

O Presidente informou que a nomeação ocorreu no dia 1 de Outubro e que não há ainda um Segundo Comandante, cargo que será agora nomeado pelo novo Comandante.-----

A Vereadora Regina Ferreira congratulou a nomeação do novo Comandante e fez votos de sucesso no desempenho das suas funções.-----

**ORDEM DO DIA:**-----

**EXPEDIENTE:** -----

**FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:**-----

**VÁRIOS:**-----

**- Grupo de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho de Alpiarça - Apoio às Comemorações do XVII Aniversário.** -----

O Presidente propôs a atribuição de um subsídio de 600 euros para apoio às comemorações do XVII aniversário desta associação.-----

A proposta do Presidente foi aprovada por unanimidade.-----

**- Relatório de Instrução - Rodolfo Manuel Bandeira Gaspar Pinto**-----

Por se tratar de um assunto delicado que envolve um processo disciplinar, o Presidente propôs a transferência desta discussão para o final da reunião, quando o público e os jornalistas já não estiverem na sala.-----

**ZONA INDUSTRIAL:**-----

**- IFQ - Candidatura à Aquisição dos Lotes nºs 49 a 52 da Zona Industrial.**-----

O Presidente pediu autorização para transferir este ponto para esta fase da discussão, antecipando-o em relação à ordem de trabalhos, uma vez que convidou o jurista da Câmara, Dr. Francisco Madeira Lopes, a estar presente a fim de contribuir com alguns esclarecimentos, caso essa necessidade se venha a verificar.-----

O Vereador Carlos Pereira, por ser familiar de um dos intervenientes no processo em discussão, não participou no debate e na votação, tendo-se ausentado da sala.-----

O Presidente explicou que se trata de votar a revogação do antigo acordo com a empresa em causa e de ratificar o novo acordo agora apresentado. Deverá seguir-se a votação da permissão por parte da Câmara da venda dos lotes à empresa IFQ.-----

Assim, depois da exposição do Dr. Francisco Madeira Lopes sobre este processo, passou-se à votação em separado das duas votações em causa. -----

De acordo com o parecer jurídico, a revogação do anterior acordo e ratificação do novo foi aprovada por unanimidade.-----

Deliberou-se, de seguida, também por unanimidade, e igualmente de acordo com o parecer jurídico, a venda dos lotes da Zona Industrial à empresa IFQ.-----

**ACÇÃO SOCIAL:**-----

**- Acção Social Escolar 2010/11** -----

Em relação à proposta para a atribuição dos subsídios escolares para o ano 2010/11, o Presidente informou tratarem-se basicamente dos mesmos valores do ano transacto, acrescentando que esta proposta se harmoniza com as tabelas da Segurança Social.-----

Foi aprovada por unanimidade a proposta dos auxílios económicos para alunos do pré-escolar e 1º ciclo.-----

Foi aprovada, também por unanimidade, a proposta da relação dos alunos aos quais os subsídios foram atribuídos com base nos critérios definidos anteriormente.-----

**OBRAS:**-----

**- Alteração a loteamento no Frade de Baixo.**-----

Aprovado por unanimidade de acordo com o parecer técnico de 7 de Julho de 2010.-----

**MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO** - Alteração nº 9 para o ano de 2010 (ratificação).-----

Aprovado por maioria com 2 abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.-

**MODIFICAÇÃO ÀS GOP's** - Alteração nº 8 para o Ano de 2010 (ratificação).-----

Aprovado por maioria com 2 abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.-

**INFORMAÇÕES:**-----

- **Limite de Endividamento.**-----

O Presidente deu conta da participação por parte da DGAL da ultrapassagem do limite legal de endividamento em 578.413,69€ no ano de 2008. Por conseguinte, seria este o valor a reter na DGAL em prejuízo da autarquia como penalização por este incumprimento. A Câmara accionou os mecanismos de justificação e contestação do excesso de endividamento, acompanhados de uma argumentação mais política, bem como de alguns contactos com a Secretaria de Estado da Administração Local. Com base nessa argumentação, o despacho que definiu o valor a reter por parte do estado fixou-se apenas em 30.136,00€, o que representa uma substancial redução à retenção inicialmente prevista, sendo certo que, afirmou o Presidente, a retenção da totalidade do valor inviabilizaria a actividade da Câmara, factor que também será tido em conta pela tutela.-----

A Vereadora Regina Ferreira realçou esta decisão da Secretaria de Estado da Administração Local naquilo que considera vir dar razão às suas advertências quando afirmava que a dívida não se cifrava nos valores apresentados pela maioria CDU e que não deveria conter o valor desta retenção, uma vez que tinha sido apresentada uma contra-proposta no sentido de reduzir a penalização a ser aplicada à Autarquia. Acrescentou que provavelmente ainda ficaram 30.000,00€ por justificar devidamente, o que, a acontecer, teria evitado a retenção desse valor. Em todo o caso, a Vereadora considera que esta é uma boa notícia para a Autarquia e para os alpiarçenses.-----

O Vereador Luís Garrotes afirmou que o valor retido pode vir a aumentar no próximo ano tendo em conta a opção política da maioria CDU de assumir toda a dívida existente, elevando-a para 3 milhões de euros, valor dificilmente justificável.-----

O Presidente lembrou os vereadores que na base deste despacho não está só uma abordagem técnica, mas também uma abordagem política que teve em conta as circunstâncias em que se contraiu a dívida e as circunstâncias presentes.-----

- **Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1301 - Alpiarça - Agradecimento.**-----

Tomou-se conhecimento.-----

- **António Ramos Marques - Agradecimento.**-----

Tomou-se conhecimento.-----

Neste momento, o Presidente introduziu a discussão do ponto que tinha sido protelado para esta altura da reunião.-----

- **Relatório de Instrução - Rodolfo Manuel Bandeira Gaspar Pinto.**-----

Deliberado por unanimidade concordar com a proposta de arquivamento do processo de instrução disciplinar.-----

No entanto, o Presidente da Câmara marcará uma reunião com o bombeiro Rodolfo Manuel Bandeira Gaspar Pinto, no sentido de o confrontar com alguns factos que constam no processo.-----

O Executivo deliberou ainda por unanimidade iniciar os procedimentos conducentes à elaboração de um regulamento municipal do consumo de bebidas alcoólicas no exercício das funções profissionais.-----

No final da agenda, o Presidente propôs a entrada de três novos pontos fora da ordem do dia relacionados com a rubrica das Obras.-----

Votou-se em separado a entrada e a aprovação de cada um dos pontos.-----

- **Certificação de Co-propriedade em nome de Adélia Lopes Nunes e outros.**-----

Aprovado por unanimidade a entrada deste ponto na ordem do dia.-----

Aprovado por unanimidade concordar com a constituição de co-propriedade, de acordo com o parecer técnico.-----

- **Operação Urbanística de Loteamento no Frade de Cima de Salazar e Costa, Construções Ld<sup>a</sup>.**-----

Aprovado por unanimidade a entrada deste ponto na ordem do dia.-----

Aprovado por unanimidade concordar com a operação urbanística de loteamento, de acordo com o parecer técnico.-----

- **Operação de destaque de um prédio em nome de Maria Margarida Avelina Gameiro Aguiar.**-----

Aprovado por unanimidade a entrada deste ponto na ordem do dia.-----

Aprovado por unanimidade concordar com a operação de destaque, de acordo com o parecer técnico.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vitória Maria Lopes de Faria Brito, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----

---

---